

**CAPITALISMO COGNITIVO E A DINÂMICA DA PEQUENA PRODUÇÃO  
AGRÍCOLA "ALTERNATIVA" NO CONTEXTO "LOCAL" DE  
ARARAQUARA - O CASO DO SAI - SISTEMA AGROINDUSTRIAL  
INTEGRADO DO SEBRAE/SP<sup>1</sup>.**

Ricardo Luiz Sapia de Campos<sup>2</sup>

Jéssica Aline Troiano<sup>3</sup>

Daniela Rodrigues Alves de Lima<sup>4</sup>

**RESUMO:** O trabalho busca analisar o processo de reestruturação produtiva e seus impactos em núcleos de pequenas “empresas” ou produção agroindustrial da região de Araraquara. No estudo recortamos a experiência do dantes SAI – Sistema Agroindustrial Integrado, do SEBRAE, atualmente denominado AGROSEBRAE. O foco da discussão teórica que perseguimos destaca o conhecimento como força produtiva, portanto, produzindo valor. O conhecimento empregado nos pequenos empreendimentos agrícolas é identificado como capital, com ênfase para o capital de tipo imaterial e que é produtivo. O SEBRAE via seus programas específicos utiliza-se deste saber produzido pelos agentes produtivos no processo de experimentação prática ao longo da vida (savoir-faire) para promover apoio técnico e gerencial, incentivando o empreendedorismo que já é em si resultado da ação coletiva. A pesquisa apresenta resultados preliminares produzidos pelos questionários aplicados durante o trabalho de campo realizado nos dezenove municípios que compõe o módulo Araraquara do SEBRAE. As entrevistas apontam para a formação de um novo perfil micro-empresarial nas pequenas propriedades rurais, altamente qualificados, construindo novos mercados e mudando o perfil do local. A pesquisa é financiada pela FAPESP.

---

<sup>1</sup> O Título do trabalho é exatamente o mesmo do projeto em desenvolvimento que os autores estão envolvidos, e que tem financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo, modalidade jovem pesquisador em centros emergentes.

<sup>2</sup> Sociólogo, pesquisador FAPESP, desenvolve projeto junto ao Departamento de Sociologia da FCL/Ar da UNESP, é docente credenciado junto ao PPGS – Programa de Pós Graduação em Sociologia da UNESP/Ar. Email: [sapiacampos@yahoo.com.br](mailto:sapiacampos@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Aluna do curso de Ciências Sociais da UNESP/FCL/Ar e bolsista FAPESP. Email: [jessycatroiano@hotmail.com](mailto:jessycatroiano@hotmail.com)

<sup>4</sup> Aluna do curso de Ciências Sociais da UNESP/FCL/Ar e bolsista FAPESP. Email: [danyrlima@gmail.com](mailto:danyrlima@gmail.com)

## **Introdução**

Apresentamos neste artigo o projeto, o problema de pesquisa, e a discussão teórica central do trabalho de estudo que desenvolvemos junto ao Departamento de Sociologia da UNESP/FCL/Ar. Para tanto, ou para efeito de compreensão, buscamos estruturar a apresentação pontuando o foco de estudo, ou seja, o SAI/SEBRAE agora AGROSEBRAE. Buscamos apresentar a região de Araraquara focando o ponto de nosso interesse, qual seja, a vocação empreendedora com ênfase para o empreendedorismo agrícola em sociedades rurais. E, principalmente a “vocação” á interdependência de sistemas produtivos na própria definição de um “local”. Posterior a esta apresentação buscamos pontuar o centro do debate teórico que temos desenvolvido com ênfase para o tema do “capitalismo cognitivo”. Posteriormente ás conclusões do texto, e a bibliografia.

### **Araraquara e o “local da produção”**

A região de Araraquara é institucionalmente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária<sup>5</sup>. Ainda que marcante a presença do assalariamento rural voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar, a região é apontada como das principais do país em vocação para pequenas empresas agroindustriais. Segundo o cadastro do INCRA (1995), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. Segundo dados do recente Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009) são atualmente um mil cento e cinquenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre 10 e 20 hectares, representando um total de 541 propriedades. Um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (LUPA, 2009). Dos resultados do questionário que aplicamos resulta que a maior incidência relativa aponta uma média de tamanho de propriedade para o que definimos como região de Araraquara, ou seja,

---

<sup>5</sup> Em Parceria firmada recentemente entre o município de Araraquara via prefeitura e universidades italianas preocupadas com o tema do desenvolvimento local, como no caso “100 Città per 100 progetti Italia-Brasile” o estudo de território, demonstra e reforça a “vocação” ou “vocacionalidade” do município para o desenvolvimento produtivo local voltado para o setor tido como agroindustrial.

com os dezenove municípios que a compõe, da ordem de 10 até 50 alqueires. Lembrando que o SEBRAE considera pequenos e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais o limite de 10 até 50 hectares micro empresas, e de 50 até 100 hectares de terra, pequenas empresas, SEBRAE (2006).

Interessantemente há o aumento da área plantada em cana com São Paulo a frente deste processo, mas já apresentando características de “transferibilidade<sup>6</sup>”.

O Estado de São Paulo, em 2006, responde por 60,7% da área total de cana-de-açúcar para indústria no Brasil. Em 2015, esta participação poderá cair para 54,9% devido, principalmente, à maior disponibilidade e ao menor preço da terra em outras regiões. Além disso, poderá contribuir para a maior expansão no centro oeste brasileiro a melhoria da logística de escoamento da produção, com a possível construção por parte da Transpetro de dutos que interligariam o terminal São Simão em Goiás à refinaria de Paulínia e ao terminal de Guararema em São Paulo. (TORQUATO, 2010, p. 03)

Um Estado “rico”, conforme é noticiado aos quatro cantos, com monocultura e algumas concentrações de latifúndio, apresentando a melhor logística e desenvolvimento tecnológico do país, e, ao mesmo tempo, com muitas e significativas pequenas propriedades e empresas agrícolas e assim, com vocação produtiva para a agricultura de pequeno porte, ou empresas agrícolas, e até mesmo para “propriedades rurais”.

Foram e estão sendo estudados os dezenove municípios que compunham e ainda compõem o módulo Araraquara. Dentre os municípios estudados existem diferenças consideráveis como, por exemplo, se pegarmos a cidade de Dobrada ou Santa Ernestina que tem quase a totalidade de suas áreas ocupadas com cana-de-açúcar, algo em torno de 93%, (LUPA, 2009), deixando muito pouco espaço para outros empreendimentos, e

---

<sup>6</sup> Em minha tese de doutorado, apontava o que chamei de “efeito transferibilidade”. Por efeito transferibilidade entendia então (2007) fatores como logística, alto preço da terra em São Paulo comparado a outros estados do país, desgaste natural do solo, custo de mão-de-obra, dentre outros pontos mais localizados que discuti naquele momento, e que apontavam exatamente para este efeito no qual a “geografia da cana”, naturalmente, (sem levar em conta fatores outros previsíveis ou não, como os rearranjos da economia que poderiam impulsionar ou frear este processo), se deslocaria para o centro-oeste e centro norte do país. CAMPOS, R. L. S. *Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado defendida em março de 2007, UNESP/FCL. 2007.

desde já apontando que nem mesmo está “hegemonia” canavieira esconde ou anula os poucos núcleos de pequena produção existentes no município conforme constatamos de citrus, leite, horticultura. Caso diferente acontece com o pequeno (6.672,50 hectares, LUPA, 2009) e exemplar município de Candido Rodrigues, que apresenta forte vocação para a cultura de citrus, e assim com apenas 44, 80% de sua área agricultável plantada em cultura perene dentre as quais a cana-de-açúcar, ou mesmo Itápolis o grande município do interior paulista em extensão territorial, e que possui apenas 38,63 % em área agricultável plantada em cultura temporária, dentre as quais a cana-de-açúcar segundo dados do último LUPA (2009).

A produção de dados estatísticos que realizamos traz resultados que coincidem com aqueles do LUPA (2009) apontando para o aumento de pequenos empreendimentos e propriedades na região de Araraquara à exemplo do Estado de São Paulo. Como se sabe este aumento acontece também com relação à área plantada em cana-de-açúcar. Seguindo os passos de Gurissatti (1999), suspeitamos que existam características internas a este processo de concentração de monocultura e da logística, abrindo possibilidades e transformando a realidade local, possibilitando assim, as pequenas empresas agrícolas. (GURISSATTI, 1999). Ou seja, priorizamos o entendimento, segundo o qual, são dois modos de produção, do agronegócio canavieiro, e dos pequenos empreendimentos agrícolas estudados, que formam uma relação de interdependência, mais do que de repulsa<sup>7</sup>.

### **O SAI e AGROSEBRAE**

O SAI foi implantado no Estado de São Paulo com o objetivo de também contribuir com o desenvolvimento e consolidação do agronegócio<sup>8</sup>, e de pequenos e

---

<sup>7</sup> A pesquisa indica que cerca de 80% dos entrevistados da região possuem a maior parte de suas propriedades em cana-de-açúcar. Normalmente indicam que com a área auferem proporcionalmente menor renda com relação à parte menor da propriedade destinada à policultura ou pequenos e médios empreendimentos. Mas interessadamente são unânimes ao indicarem a segurança dada “pela cana”, lembrando que na relação de fornecimento de terra, ou arrendamento, não correm risco algum, ficando todo risco por parte da usina. Esta é uma característica da região que tem muito a ver com o tipo de atividade e organização do trabalho.

<sup>8</sup> O SAI, seguindo a própria metodologia do SEBRAE, aposta na redefinição de um quadro produtivo que possibilite e até necessite de atividades produtivas que não podem ser realizadas pela organização produtiva e do trabalho típica da grande indústria, ou do período de hegemonia industrial.

médios empreendimentos. O SEBRAE, como é sabido, tem sua gênese em organizações ligadas a indústria e ao comércio. Em 1992 iniciando atividades no setor agropecuário em princípio via o projeto “volta ao campo” que funcionou de 1998 até 2005. Em 1997 o SEBRAE cria a “metodologia do SAI”, desenvolvida primeiro na região de Votuporanga em 1998. Os resultados obtidos com este projeto piloto levaram ao aperfeiçoamento e expansão do programa em outras regiões do Estado de São Paulo. Em 2007 quando o SAI já está consolidado, são vinte e quatro regiões que juntas compõem a totalidade do Estado de São Paulo atendidas e “cobertas” pelo programa<sup>9</sup>. O SAI se coloca como um projeto ambicioso quanto a sua abrangência e funcionamento lembrando que desde os primeiros anos de implantação já despontava como dos principais ou até mesmo maior orçamento do SEBRAE. Ambição ligada ao histórico de formação do chamado interior paulista que possibilita e disponibiliza vasto campo de atuação, e também as transformações no mundo que como pontuamos indica para valorização de atividades que tem as sociedades rurais, das quais as atividades agrícolas estão visceralmente ligadas a um terreno privilegiado.

Em linhas gerais o SAI surge como programa que disponibiliza linhas de assessoria técnica e gerencial, assessoria administrativa de forma sistematizada por meio da informação em planejamento tecnológico, organização da produção, mercado e comercialização, (SEBRAE/SP, 2006). São ações voltadas para a capacitação ao mesmo tempo produtiva e profissional. Ações empreendedoras conectadas também com a perspectiva de multifuncionalidade (ANGELI, 2002) da agricultura.

O programa aponta como objetivos para o primeiro módulo:

Fornecer aos produtores e aos empreendedores rurais, de forma sistematizada, orientação, assessoria e serviços de natureza tecnológica, gerencial, administrativa, direcionados às cadeias produtivas dos agronegócios, no sentido do aumento da produtividade, redução dos custos de produção, compra conjunta de insumos, venda conjunta da produção, sistemas e melhorias de qualidade, realização de estudos e custos de produção e gerenciamento das unidades de produção. (SAI, 2001, p. 01)

---

<sup>9</sup> - Regiões: Andradina, Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Botucatu, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Itapeva, Jundiaí, Marília, Área Metropolitana, Mogi da Cruzes, Ourinhos Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Carlos, São João da Boa Vista, São Jose dos Campos, São José do Rio Preto, Sorocaba

Em Araraquara o programa foi implantado funcionando basicamente por meio do atendimento direto á produtores e priorizando o serviço voltado para grupo de produtores por cadeias produtivas. No primeiro módulo Araraquara o SAI aponta como cadeias ou grupos atendidos, além de atendimentos localizados e individualizados: 1)- Olericultura, 2)- Olericultura mista, 3)- Apicultura, 4)- Mandiocultura, 5)- Avicultura, 6)- Fruticultura, 7)-Bovinocultura, 8)- Grãos, 9)- Ovinocultura. Ações que são completamente imbuídas dum “espírito empreendedor”. A proposta é capacitar os pequenos e médios proprietários ou produtores rurais para que estes se “tornem” pequenos e médios empresários ou então empreendedores rurais por meio principalmente da informação e do conhecimento:

É importante notar que o SEBRAE tenta alcançar padrões internacionais de excelência. Ele adota o ideal de ser uma organização voltada para a geração de conhecimento em níveis de excelência, com uma posição de vanguarda mundial. Esse conhecimento deve ser disseminado de tal maneira que “contribua para o desenvolvimento econômico e social do país”. (ADDIS E GOMES, 2001, p. 355).

A primeira vez que foi implantado em Araraquara foram atendidos segundo números do próprio SEBRAE, 300 produtores diretos. (SEBRAE, 2006). Dentre os produtores atendidos estavam segundo o próprio SEBRAE criadores de aves e ovinos, produtores de leite, mel, manga, limão, laranja, palmito, pêssego, mandioca e hortaliças em geral. Também linhas mais específicas como de orgânicos, ou em cadeias mais definidas como é o caso da organização e cooperativa ligada ao movimento internacional do *fair-trade*, em Itápolis<sup>10</sup>.

O SAI em seu primeiro módulo, já apresentava uma ampla rede de parceiros formados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo por meio dos Escritórios de Desenvolvimento Rural – CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, sindicatos rurais, prefeituras, conselhos municipais de desenvolvimento rural além de associações, cooperativas e universidades em alguns casos. Neste momento o programa funcionava como “convênio” entre o SEBRAE a Secretaria de Agricultura do Estado, e, cooperativa de execução de serviços. A execução de serviços era efetuada por Cooperativa de prestação de serviços que no caso

---

<sup>10</sup> Trata-se da COAGROSOL - Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis.

de Araraquara foi a UNIATA – Cooperativa de Técnicos Agropecuários e Afins da Região de Olímpia, sendo que outra cooperativa que cobria grande parte dos convênios era a COOPERAGRO – Cooperativa dos Profissionais do Agronegócio, Gestão Ambiental e Empresarial.

A partir de 2007, após passar por reformulações sugeridas com a aplicação do primeiro módulo programa passa a funcionar como “edital de credenciamento” estabelecendo que podem ser prestadas até 120 horas mensais de serviço sem que haja caracterização de vínculo empregatício com o SEBRAE<sup>11</sup>. Os convênios padrão no primeiro módulo previam que a Secretaria de Estado repassasse verbas para o SEBRAE que por sua vez repassava para a contratualmente chamada “entidade executora”. Não tivemos acesso ao contrato firmado para o “módulo Araraquara”, por motivos que até agora desconhecemos, mas tivemos acesso ao contrato de convênio firmado em todo o território do Estado de São Paulo<sup>12</sup>. Da análise comparativa do material com o qual tivemos contato, ou seja, de convênios firmados em regiões do Estado, sugerimos algo em torno de setecentos mil reais para a execução do módulo Araraquara. Considerando um valor estimado uma vez que nos módulos de São José do Rio Preto e de Ribeirão Preto foi este o valor aproximado.

O programa tinha como meta que os grupos atendidos “evolúissem” para projetos<sup>13</sup>. Todavia tais grupos, ou a maioria deles, não “evolúiram”, ou pelo menos não o fizeram nos parâmetros institucionais definidos previamente como “metas”. Essa estrutura funcionou desde a implantação do programa. O que muda no decorrer da

---

<sup>11</sup> Este é um ponto que não desenvolvemos aqui, pois ao que parece nada tem a ver com a nossa pesquisa e com o teor dos argumentos a não ser pontualmente sobre o fato de que a incidência de ações judiciais de agentes que trabalharam no primeiro módulo, visando a caracterização de vínculos empregatícios com o SEBRAE, levou á reformulação também deste ponto de módulo (convênios) para “edital de credenciamento”.

<sup>12</sup> Preferimos omitir detalhes indicando apenas que de todos os contratos que constavam estarem disponíveis, o único que não estava donde deveria estar era justamente aquele referente ao convênio Araraquara. Como se trata de documento interno que apesar de não ser vedada não estava propriamente disponível para consulta, não pudemos questionar.

<sup>13</sup> Entendia-se que após passarem pelas políticas públicas programadas e direcionadas do SAI/SEBRAE, fatalmente, ou melhor dizendo, por um caminho quase natural, os grupos de produtores “evoluiriam” num mix ou numa espécie de “auto-organização” assistida, para projetos. Os projetos seriam mais amplos, complexos e eficientes que os grupos, pois seriam montados “autonomamente” por grupos de produtores voltados para interesses específicos.

aplicação dos programas é justamente a maneira de aplicação, que estrategicamente busca atingir seus objetivos. Trata-se dum programa que apresenta das formas mais inovadoras de fazer políticas públicas no Brasil, conforme aponta Souza (2006). Uma eficiência capaz de ameaçar a burocracia constituída ou o mecanismo torpe de ineficiência estatal. O SAI concebido a partir do modelo SEBRAE de fazer política sempre soube aproveitar positivamente ou endogenamente em proveito do próprio órgão a experiência de trabalho, planejamento e ações típicas e conhecidas da “eficiência SEBRAE”.<sup>14</sup>

Em 2011 o AGROSEBRAE definitivamente incorpora a experiência SAI integrando o corpo institucional do SEBRAE, não mais como “apêndice” conforme acontecia com o SAI. O que existe de mais inovador neste “novo” programa é que além dele ser apresentado como política do SEBRAE, ele incorpora uma série de acertos e conhecimento produzido pelo primeiro programa, obviamente eliminando equívocos cometidos quando ainda tinha-se o experimental SAI<sup>15</sup>.

### **Empreendedorismo Agrícola e reestruturação produtiva**

O estudo que desenvolvemos apoiado num prévio trabalho de campo realizado anteriormente, e na produção de dados estatísticos referente à organização sócio-produtiva dos dezenove municípios que compõe o módulo Araraquara indica um processo de reestruturação produtiva na região, que valoriza os pequenos empreendimentos qualificados que são “diferentes” do processo de massificação e hegemonia produtiva.

Nas palavras dos autores: *Hardt e Negri* (2005), para os quais:

---

<sup>14</sup> A eficiência do modelo SEBRAE de atuação é conhecida, como se sabe, não apenas no Brasil, mas também no exterior com destaque para os países da comunidade européia. Trata-se de órgão voltado para a formação e construção de parque produtivo a partir da ação prática e empreendedores de pequenos e médios negócios. Como se sabe, e não poderia ser diferente, “age” de maneira eficiente e rápida, na desconstrução da velha burocracia estatal, e dos corporativismos empresariais constituídos no velho modelo planejado.

<sup>15</sup> Existiram pontos fundamentais na primeira reforma do programa SAI que ocorre em 2007, e posteriormente quando “muda de nome” de SAI para AGROSEBRAE. Os equívocos e erros (como normalmente acontece) foram muitos, mas que souberam ser positivados e propositivamente incorporados nas reformulações.



Começa a surgir, por exemplo, uma forma pós fordista de produção agrícola que se caracteriza por este tipo de mudança tecnológica. A modernização agrícola escorou-se fortemente em tecnologias mecânicas, do trator soviético aos sistemas californianos de irrigação, mas a pós-modernização agrícola desenvolve inovações biológicas e bioquímicas, paralelamente a sistemas especializados de produção, como as estufas, a iluminação artificial e a agricultura sem solo. Essas novas técnicas e tecnologias tendem a afastar a produção agrícola da produção em larga escala, facultando operações mais especializadas em pequena escala (p. 155).

Para estes autores trata-se do marco de uma nova agricultura que aproveitando e convivendo (e em alguns casos até dependendo) da produção agrícola de larga escala se organiza criando, e em sua criação integrando-se no circuito de um novo mercado que passa a valorizar outros e novos fatores.

Em boa parte da literatura sobre os Distritos Industriais italianos (RULLANI, 2004, BAGNASCO, 1988 e 1999, BECATTINI, 2000, e BECATTINI e ZORINI, 2003) dentre outras, o desenvolvimento local de sociedades rurais tem como fator principal a organização do trabalho autônomo em núcleos de produção agrícola independente da condição de propriedade, mas dependente da organização do trabalho.

O desenvolvimento da pequena empresa requer, no início, pequenas acumulações de capital pelo maior número de empresários potenciais: as famílias de comerciantes, de artesãos e agricultores, descritas anteriormente, permitem essas acumulações iniciais. O mesmo tipo de família e, em geral a comunidade local fornecem também: as capacidades de gestão (mesmo limitadas, são, todavia, difusas), as qualificações técnicas (bastante tradicionais, mas polivalente e difusas), as estruturas relacionais que permitem uma confiança recíproca e um bom clima social. (BAGNASCO, 1999, p. 39)

Dentro da realidade estudada, “tradicionalmente” (na formação e ocupação da região até final dos anos 60 e início dos 70), a organização do trabalho é mais devedora da relação de meação e porcentagem do que do assalariamento propriamente dito<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> De qualquer maneira a relação de assalariamento não faz parte da formação do histórico agrário da região de Araraquara. O assalariamento rural propriamente dito é impulsionado principalmente com o desenvolvimento das usinas de álcool e açúcar na década de setenta. Autores como *Angeli* (2002), e

Atualmente este tipo de relação de trabalho tem pouca significância e relevância na região, sendo que apenas 3,13% responderão trabalhar neste sistema.

Existe uma característica geral e comum entre os pequenos agricultores e produtores rurais que parece importante ponderar. Trata-se de características que normalmente escapa às estatísticas e sendo assim passa despercebida de grande parte da produção teórica e bibliográfica existente. Estes agricultores geralmente estão fora do fluxo de mercado e consumo, sobrevivendo numa organização econômica marginal ou paralela. Compram e vendem, trocam de maneira geral num mercado que “não existe”, é informal e está fora das estatísticas. Em casos muito específicos apresentam pontos interessantes e positivos, como qualidade de alimentos, noutros absolutamente negativos como, por exemplo, o uso indevido de agrotóxicos, a não atenção ao manejo e questões fito sanitárias, etc.

Isso por que:

As famílias de camponeses se movimentam geralmente em contextos os quais os mercados são imperfeitos ou então são incompletos, e sendo assim funcionam esporadicamente, ou então descolados no espaço e no tempo. (...) mercados imperfeitos e incompletos e instituições fracas, realmente limitam fortemente as escolhas de consumo e produção. (MENDOLA, 2006, p. 75 - 76)<sup>17</sup>

São casos de mercado paralelo fora das vistas da vigilância de qualquer espécie e assim são contextos sócios culturais que para bem ou mal são também marginais. A imperfeição do mercado em si também não é positiva ou negativa apesar de que a regulamentação é a única maneira de ter controle sobre a produção. Um mercado imperfeito pode, por exemplo, ser um mercado solidário, ou um espaço de troca de

---

*Bagnasco* (1999), apontam que no caso do desenvolvimento italiano a meação, (*mezzadria*) é o tipo de organização de trabalho mais perfeito, antecedendo a relação distrital de desenvolvimento local. Os trabalhadores autônomos, dantes meeiros (*mezzadri*) conseguiram desenvolver capacidade de organização cognitiva e de gestão empresarial, típicas do que se pode entender por ação empreendedora.

<sup>17</sup> Tradução nossa: “*Le famiglie contadine operano generalmente in contesti in cui i mercati sono imperfetti o incompleti, e funzionano sporadicamente o in modo scollegato nello spazio e nel tempo. (...) Mercati imperfetti e incompleti ed istituzioni deboli, infatti, limitano fortemente le scelte di consumo e produzione.*”

saberes e informações privilegiadas para um determinado tipo de produção; mas pode também trocar produtos sem padrões sanitários ou de qualidade, e até produtos ilegais.

Este fator de uma economia paralela ou informal, conforme aponta *Soares* (2005) sugere a informalidade verificada principalmente neste setor dos pequenos e médios empreendimentos. Este fenômeno é atribuído principalmente às dificuldades dos pequenos e médios empreendedores em responderem a burocracia criada e voltada para facilitar e favorecer os investimentos produtivos de grande porte.

*Arnaldo Bagnasco* (1999) perseguindo os fatores centrais e os detalhes que proporcionaram o desenvolvimento do caso italiano aponta dentre muitas uma característica que apresentamos como a mais importante delas, e com a qual trabalhemos na pesquisa:

(...) as sociedades locais que souberam aproveitar o crescimento da pequena empresa beneficiaram-se de um tecido urbano composto de cidades de pequeno e médio porte, perfeitamente equipado e distribuído sobre o conjunto do território, onde toda uma rede tradicional de empresas comerciais, artesanais, de fábricas de produção em série limitada, de serviços bancários e administrativos, de infraestruturas viárias e civis, de equipamentos culturais e de administração local apropriada e eficaz, desempenhava suas funções urbanas. Essas cidades ativaram esse processo em interação com as regiões rurais caracterizadas, do seu lado, por uma estrutura social particular: a da família rural autônoma, proprietárias de pequenos lotes de terra, em *fermage*, ou em *métayage*. Essa família forneceu no mercado de trabalho das pequenas empresas industriais, operários polivalentes, formados num meio rural auto-suficiente e culturalmente direcionados para a autonomia e a mobilidade. Além disso, ela oferecia uma certa segurança frente ao mercado de trabalho incerto e, às vezes, aleatório, compensações à renda oriunda do trabalho assalariado e uma gestão integrada das rendas suplementares. Em inúmeros casos, em somente uma ou duas gerações surgiram dessas famílias rurais, artesãos e pequenos empresários. Assim, a ação combinada dessas duas condições permite melhor entender a razão pela qual o meio mais favorável à expansão da pequena empresa foi o que um economista designou de “campo urbanizado” (p. 38)

Campo urbanizado no contexto italiano para arriscar uma aproximação vis a vis aceitável é uma realidade típica de comunidades rurais de pequenos proprietários,

produtores e artesãos. Estes saberes que são o fermento do *savoir-faire*, ao que parece, está muito próximo do que conceitua Gorz (2005), acerca do conhecimento:

Os saberes comuns ativados pelo trabalho imaterial, não existem senão em sua prática viva, e por ela. Eles não foram adquiridos e produzidos em vista de trabalho que podem realizar ou do valor que podem assumir. Eles não podem ser destacados dos indivíduos sociais que os praticam, nem avaliados em equivalente monetário, nem comprados ou vendidos. Os saberes resultam da experiência comum da vida em sociedade e não podem ser legitimamente assimilados ao capital fixo. (p. 33)

“Eu gosto mais do meu doce”, ou “O meu doce é mais doce”, frase dita por uma “famosa” doceira do Assentamento Monte Alegre<sup>18</sup>, empresariada pelo SAI. A frase foi dita mediante a seguinte situação: A prática reiterada de fazer doce ou aquele tipo de doce em específico é coisa antiga que “aprendeu” com a sua avó, segundo ela, e que vinha desenvolvendo a mais de meio século. Acontece que após várias iniciativas, as quais inclui a atuação do SAI, procurava-se demonstrar que o doce apesar de saboroso era muito doce e que, portanto, era preciso colocar menos açúcar. Os doces eram de frutas e produtos, por assim dizer, nativos: abóbora, laranja, mamão, batata, etc. O SEBRAE quando passa a trabalhar a qualificação deste grupo interfere na produção. Primeiro buscando apreender e entender, depois catalogando, ou seja, codificando, anotando como se faz o doce. Posteriormente, ou até concomitantemente, interfere nesta produção, é claro, com vistas a atingir fatias do mercado. É neste ínterim que o programa, atualmente denominado de AGROSEBRAE atua, codificando um conhecimento produzido por quem reiteradamente pratica, ou seja, por quem trabalha e produz.

Claro que são experiências nuançadas e nunca puras, por assim dizer. No mais das vezes aproveitam fases da produção ou então experiências mescladas etc., aproveitando-se de codificações técnicas, e de experiências de produção em série, etc., mas que tem em sua genealogia este *savoir-faire*. São produtos, formas de organização do trabalho, maneira de tratar a terra, trabalhos técnicos e muitos daqueles que aparecendo na sua forma mais pura são chamados de artesanais. Uma produção e modo

---

<sup>18</sup> O assentamento Monte Alegre é coordenado pelo ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, e compreende as cidades de Araraquara, Motuca e Matão.

de vida, organizados e valorizados pelo novo mercado que estes próprios atores constroem.

### **Conclusão**

A região passa por profunda transformação que uma vez aberta e dinâmica (em constante transformação), apontam para a definição de um novo modelo e organização produtiva, que se frise tem como protagonista a ação dos atores sociais destes territórios. É a valorização de um tipo de produto (material e imaterial, modo de vida, organização do trabalho, etc.) que estes próprios atores construíram (na construção de mercado) que são o foco de mudança do local.

Uma relação na qual a mobilização produtiva de determinado território tanto depende quanto impulsiona, conforme pondera *Henke* (2006) a delimitação ou definição de uma nova “governança”, ou forma de fazer política. Pensamos que esta nova forma de fazer política, tem como característica, dentre outras, a capacidade em definir suas metas, programas e atuação a partir da sensibilidade coletiva e institucional. É, portanto uma contraposição à imposição regulamentar típica do modelo de Estado Nacional. (CAMPOS, 2007)

É a valorização de fatores de ordem “também”, ou “principalmente” subjetivas como modo de vida, organização do trabalho, manifestações artísticas e culturais, produtos, etc., que dão a tônica da valorização de um capitalismo cognitivo.

## **Bibliografia**

- ADDIS, C. GOMES, R. E. *Um outro lado da liberalização: impactos sociais transformadores do Apoio do Sebrae às micro e pequenas empresas*, GUIMARÃES, N. A. e MARTINS, S., (Org.), São Paulo, Ed. SENAC, 2001.
- ANGELI, L. *Il Ponte*, Ano LVIII, n. 10-11, out/nov, 2002.
- BAGNASCO, A. *La Construzione sociale del Mercato. Studi sulli sviluppo di Piccola Impresa in Italia*. Bolonha: Il Mulino, 1988.
- BAGNASCO, A. *Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa*, In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- BECATTINI, G. e ZORINI, L. O. *Identità locali rurali e globalizzazioni*, In *La Questione Agrária*, n. 01, 2003.
- CAMPOS, R. L. . *Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto*. Tese de Doutorado defendida em março de 2007, UNESP/FCL. 2007.
- CAMPOS, R. L. S. *Desenvolvimento Rural, conhecimento e cooperação como força produtiva*, *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 161-180 jul/dez 2007. p. 161 – 180.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Annablume, 2005.
- GURISATTI, P. *O nordeste italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial*. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HARDT, M. NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*, Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HENKE, R. *La forza debole del decentramento Governance e Sviluppo Rurale*, In *La Questione Agrária*, n. 03, 2006.
- INCRA. *Relatório de Atividades do INCRA 1995-1999*.
- MENDOLA, M. *Le scelte di produzione delle famiglie contadine: aspetti istituzionali e comportamentali nella teoria econômica*, In *La Questione Agrária*, n. 02, 2006.
- PROJETO LUPA 2007/2008: *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo*, São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.

RULLANI, E. “*Sistemi produttivi locali in Europa: tra governance e competitività*”, Sviluppo locale, 2002.

SAI - Sistema Agroindustrial Integrado, *Manual de Procedimentos Operacionais*, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, São Paulo, maio de 2001.

SEBRAE - *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas* - SEBRAE, setor de Capacitação, disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp>. Acesso 30 ag. 2006.

SOARES, P. *Empresa Informal tem ¼ dos trabalhadores*, Folha de São Paulo, 20 de maio 2005, Dinheiro – B 01.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. IN Sociologias nº 16, jun/dez 2006.

TORQUATO, S. A. *Cana de Açúcar para indústria, o quanto vai precisar crescer*, Análise e Indicadores do Agronegócio, IEA, disponível em:

[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana\\_industria\\_000fl7vggq702wyiv80ispcrrdnmik1s.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana_industria_000fl7vggq702wyiv80ispcrrdnmik1s.pdf). Acesso: 03/05/2010.